



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
EDUCAÇÃO DO CAMPO

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

1.1 Histórico da UFPA

A Universidade do Pará foi criada mediante a Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, a qual foi sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Na época reuniu as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Depois de 18 meses de sua criação, a Universidade Federal do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. No entanto, sua instalação foi um ato meramente simbólico, visto que o Decreto nº 42.427 já aprovara.

No dia 2 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70. Uma revisão regimental foi procedida em 1976/1977, visando atender disposições legais supervenientes, o que gerou um novo Regimento, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 1.854/77 e publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 1978. Assim sendo, no exercício de 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após aprovação da Resolução nº 549, do Conselho Universitário, em 9 de dezembro de 1985, passando a vigorar até a presente data.

1.2 Missão, Visão, Princípios Norteadores da UFPA

Por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 a 2025 (PDI), a

Universidade Federal do Pará definiu a sua missão institucional gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, em particular dos amazônidas, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com responsabilidade ética, respeito a diversidades biológica, étnica e cultural, cujo intuito é garantir a democratização do acesso ao saber produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanística, crítica, reflexiva, plural e investigativa, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo. Missão: "Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção."

No mesmo documento, a visão institucional foi definida: "Ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural." Tendo como princípios norteadores, ações assentadas: na universalização do conhecimento; no respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; no pluralismo de ideias e de pensamento; no ensino público e gratuito; na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; na flexibilidade curricular e de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; na defesa dos direitos humanos; e na preservação do meio ambiente.

1.3.Contextualização da área de conhecimento do curso, considerando a origem, os avanços sociais e tecnológicos e os impactos na atualidade, além da importância ao ensino, à pesquisa e à extensão.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo busca contextualizar conhecimentos a serem desenvolvidos que caminhem em direção do mundo do trabalho na perspectiva de lidar tanto com conhecimentos práticos quanto para compreender a conjuntura política, cultural, social e econômica que envolvem as comunidades do campo, e, dessa forma, atender às exigências das Diretrizes Curriculares da escola do Campo, desenvolvendo suas atividades centradas na formação integral do ser humano, na qualificação profissional e na organização comunitária, valorizando os laços familiares, herança cultural e o resgate da cidadania.

Diante disso, Sousa e Reis apud Santos (2014) asseveram que "A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, sendo inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido

objeto de pesquisa no espaço acadêmico na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de Ensino". Neste cenário de exclusão, "a educação para os povos do campo vem sendo trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos essencialmente marcados por conotações urbanas e, geralmente, deslocado das necessidades da realidade local e regional (SOUZA & REIS apud SANTOS 2014, p. 03)."

1.4 Histórico do Curso na Unidade

O Campus Universitário de Abaetetuba foi implantado em 1987, no município de Abaetetuba, sob a coordenação da professora Conceição Solano, indicada a esse cargo pelo reitor da época, o Prof. José Seixas Lourenço. O Município de Abaetetuba está interligado geograficamente pelo Rio Tocantins, à microrregião do Baixo Tocantins, na região Nordeste do Estado do Pará e é composto por 72 ilhas bastante povoadas, 36 comunidades que vivem à beira da estrada, além da sede da cidade, possuindo uma área total de 1.610.743 Km², com uma população de aproximadamente 147.846 habitantes, segundo dados do IBGE (2012). Em sua área de abrangência a vegetação é predominantemente de várzea, o que a torna de grande importância ecológica. A população é em sua maioria rural, notadamente ribeirinha e extrativista. Os primeiros cursos de graduação ofertados em Abaetetuba foram as licenciaturas em Matemática, Letras, Pedagogia, História e Geografia, todos em regime intervalar (atual Período Intensivo). As aulas eram ministradas nas escolas cedidas pela prefeitura municipal local, por meio de parceria com a UFPA, o que se tornou de fundamental importância para a implantação do Campus, pois, além de oferecer espaço físico para o desenvolvimento dos cursos, alojamento para professores, doou também as terras para a construção da Unidade. Através desta parceria, o Campus pode contar, ainda, com a cedência de servidores municipais para apoio administrativo. Após a gestão da professora Conceição Solano, o cargo foi ocupado pelo Professor José Queiroz Carneiro, de 1992 a 1999. Em 1999, assume o Professor Adelino Ferranti, que atuou na coordenação do Campus de 2000 a 2004. Em 2005, toma posse como Coordenadora Pró-Tempore a Professora Alessandra Martins Matos Vasconcelos. Após eleição em 2006, assume a coordenação do campus o Professor Waldir Abreu. Com a renúncia do Professor Waldir Abreu assume, a Professora Francisca Maria Carvalho de 2007 à 2010. Em 2011 assume, a coordenação do Campus o Professor Eliomar Azevedo do Carmo e em 2014 é reeleito e fica até setembro de 2016 e assumi o seu vice Sebastião Siqueira Corteiro.

Em 1991, o prédio do Campus Universitário de Abaetetuba foi inaugurado no bairro do Mutirão, na Rua Manuel de Abreu. O campus era formado por dois blocos, onde

funcionavam a secretaria, a biblioteca, a cantina, o mimeógrafo e a coordenação do Campus. Em 1992, o Campus inicia suas primeiras turmas do curso regular de Letras e Matemática. A partir de 2000, o campus ofertou turmas de Letras e Pedagogia financiadas com recursos do FUNDEF, em parceria com prefeituras da região, criadas para capacitar os professores das redes municipais, as turmas foram ofertadas em Barcarena, Tomé-Açu, Concórdia do Pará, Tailândia e Abaetetuba, somando mais 350 alunos. Em 2005, são ofertados os Cursos de Ciências Contábeis e Física de forma flexibilizada e em parceria com a Diocese de Abaetetuba. No ano de 2007, o campus já ofertava 13 cursos com aproximadamente 1000 alunos matriculados.

O Campus também realizou parceria com o Instituto Nacional de Reforma Agrária ? INCRA, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -PRONERA, que constituiu uma turma do Curso de Pedagogia destinada ao atendimento dos ribeirinhos das ilhas do Município de Abaetetuba, denominada Pedagogia das Águas. A partir do ano de 2009 o Campus Universitário de Abaetetuba passou a integrar o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) da educação básica pública, que hoje conta com aproximadamente 800 alunos, distribuídos nos cursos de Letras (Língua Portuguesa), Matemática e Pedagogia que funcionam nos Municípios de Barcarena, Abaetetuba, Tomé-Açu, Bujaru, Tailândia, Dom Eliseu, Acará e Concórdia do Pará. Em 2010, o Campus ofertou 60 vagas no curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

Hoje, o Campus oferece cursos extensivos e intensivos em Letras (língua portuguesa e língua espanhola), Matemática, Pedagogia e Educação do Campo, e somente extensivos para os cursos de Engenharia Industrial e Licenciatura Física. O quadro de servidores do Campus vem se consolidando com o passar dos anos, atualmente o Campus possui 31 técnico-administrativos e 95 docentes efetivos. Os projetos de pesquisa e extensão aprovados no PROINT, CAPES, CNPq e outros, trazem a consolidação de um quadro docente mínimo nos Cursos de Graduação existentes no campus Abaetetuba.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal do Pará, surge, inicialmente, no Campus de Marabá, no ano de 2009. Tendo como objetivo "preparar educadores para uma atuação profissional que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos na escola e no seu entorno".

O perfil a ser formado seria um profissional capaz de: (i) exercer a docência multidisciplinar, a partir de uma das áreas de conhecimento propostas, no edital de processo seletivo da instituição, a saber: Ciências Sociais e Humanas; Ciências da Natureza; (ii) participar da gestão de processos educativos escolares; (iii) ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, associações e cooperativas rurais, movimentos sociais, para além da prática escolar.

O amparo legal para esta proposta encontra-se na Lei 9.394 de 1996, no parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e no Parecer CNE/CP 009/2001 e Resolução CNE/CP 2/2015 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A criação de um curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo faz parte de uma ação mais ampla do Ministério da Educação - MEC, iniciada em 2003, de promover uma política nacional de educação do campo. Essa política vem sendo formulada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, através da Coordenação Geral de Educação do Campo - CGED e do Grupo de Trabalho Permanente de Educação do Campo - GPT.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), no seu Art. 28, afirma que, na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região (especialmente nos incisos seguintes: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural).

No Campus de Abaetetuba o curso é inicialmente implantado, no ano de 2011, por meio

do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo do MEC (PROCAMPO), tendo sido ofertadas 60 vagas distribuídas equitativamente entre os municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri e Barcarena a adesão ao programa objetivou contribuir na superação dos déficits educacionais enfrentado pela região do Baixo Tocantins, precisamente a microrregião de Abaetetuba, que envolve os municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju, Tomé Açu.

No ano de 2012, o curso é implantado de forma definitiva no Campus, contudo sendo direcionado a um público específico: moradores e/ou educadores do Campo. Com o propósito de ampliar as possibilidades dos moradores e educadores do campo, centrada na concepção de áreas de conhecimentos suplantando a lógica disciplinar, respeitada as especificidades de conhecimentos, com integração de saberes, visando encontrar uma outra forma de produção, de prática na perspectiva da interdisciplinaridade, visto que é imprescindível, estabelecer relação entre os saberes científicos e os saberes populares no âmbito da cultura vivida.

A Educação do Campo não constitui uma área de conhecimento autônoma, pois os conhecimentos que produz advém das confluências de outras áreas como a filosofia, sociologia, história, biologia, química, física, ciências agrárias, letras, pedagogia e outras. Apesar disso, tem profícua produção intelectual na análise do fenômeno em que se debruça: uma educação adequada e emancipadora para as comunidades que vivem e trabalham no campo.

Nesse sentido, as pesquisas e as propostas tem sido profícuas, como alternativa para uma educação significativa para o homem que vive e produz no campo, na busca da desconstrução de velhos, mas permanentes paradigmas nos quais se vê o campo como um apêndice das zonas urbanas, um lugar que serve apenas para produzir e fornecer bens primários para as cidades, assim como, uma zona econômica, social e culturalmente atrasada. Segundo dados do Sistema de Informações Territoriais do Governo Federal, o Território Baixo Tocantins - PA abrange uma área de 36.024,20 Km² e é composto por 13 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Concordia do Pará, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, Tomé Açu.

O Campus de Abaetetuba foi criado com a intenção de possibilitar à população da microrregião do Baixo Tocantins, a qual envolve mais especificamente os 08 (oito)

municípios (Abaetetuba, Acará, Barcarena, Concórdia do Pará, Igarapé Miri, Moju, Tailândia, Tome-Açu), garantindo uma maior possibilidade de acesso ao ensino superior. A população total do território é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 49 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68.

A realidade socioeconômica da microrregião exige grandes investimentos, principalmente na área educacional que, em muitas localidades, é precária. A formação de profissionais da educação em nível superior constitui, portanto, uma política de fundamental importância para o desenvolvimento regional.

O Campus de Abaetetuba, desde 1987, vem ofertando cursos, predominantemente, de licenciatura, tendo em vista a necessidade de formar profissionais para atender às enormes demandas na educação básica da microrregião.

O curso de Educação do Campo tem sido ofertado anualmente desde o ano de 2011, sendo gerido pela Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, tendo o seu quadro docente em consolidação, formado por 15 (quinze) professores sendo 13(treze) Doutores e 02 (dois) Mestres, o que tem possibilitado o desenvolvimento de pesquisas nas mais diversas áreas ligados à Educação do Campo. Diante desse quadro e tendo em vista o grande número de professores da educação básica, que atuam na zona rural da região e não tem formação em nível superior adequada a realidade do campo, considera-se justificável a oferta do curso regularmente.

O presente projeto pedagógico foi elaborado a partir do trabalho coletivo que envolveu os professores da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo- FADECAM. A formulação desse Projeto surge a partir da necessidade de se construir uma proposta de formação de licenciatura em Educação do Campo, com uma identidade ligada à região onde está instalado o Campus Universitário de Abaetetuba, assim como, que contemplasse as experiências de pesquisa, extensão e ensino já consolidadas pelos docentes dessa e de outras Faculdades do Campus.

Buscou-se, ainda, a adequação do projeto às normais legais vigentes, assim como, às novas exigências demandadas para a formação docente em nível superior, em especial a resolução Nº 2 de 1 de julho de 2015, e o atual regulamento de Graduação da UFPA. Dessa forma, o projeto pretende assegurar uma formação sólida, sustentada e consistente em estudo teórico, associado a uma cultura de Ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, funcionará em turno matutino, vespertino e integral, em período letivo extensivo e intensivo, com a possibilidade de alternar a oferta a cada ano, conforme decisão colegiada que definirá a ênfase, o turno e o período no regime acadêmico seriado e/ou modular. O ingresso será em uma das ênfases ofertadas, conforme edital do processo de seleção.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: EDUCAÇÃO DO CAMPO

Local de Oferta: Rua Manoel de Abreu

Endereço de Oferta:

Bairro: Mutirão

CEP: 68440000

Número: 000

Complemento:

Cidade: Abaetetuba

Forma de Ingresso: Processo Seletivo Especial

Número de Vagas Anuais: 40

Turno de Funcionamento: Matutino

Turno de Funcionamento: Vespertino

Turno de Funcionamento: Integral

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Licenciado em Educação do Campo (Ênfase Ciências Naturais ou Ciências Sociais Humanas)

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3600 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 4320 hora(s)

Período Letivo: Intensivo; Extensivo;

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular e Paralela

Ato de Criação: Resolução 4.046 de 30 de setembro de 2010/CONSEPE

Ato de Reconhecimento: Portaria nº 465 de 9 de setembro de 2016/Secretaria de Regulação e Supervisão de Educação Superior

Ato de Renovação: Não existe

Avaliação Externa: Não existe

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

O Parecer CNE/CEB 36/2001 e Resolução CNE/CEB 1/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, inovam em diferentes artigos a cerca da organização da escola, da construção do conhecimento, dos saberes e com a prática pedagógica, salvaguardando para as populações do campo uma educação emancipatória, associada às soluções exigidas à qualidade social dos povos do campo para um novo desenvolvimento. O Projeto pauta-se também na Resolução nº 2, DE 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Nos artigos 12º e 13º a formação dos profissionais da educação do campo de acordo com o artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases - LDBEN Nº 9.394/96, prevê a formação inicial e continuada em todos os níveis e modalidades com aperfeiçoamento permanente dos docentes, indicando aos centros formativos os seguintes componentes para formação:

O respeito à diversidade cultural e aos processos de interação e transformação existentes no campo brasileiro;

O efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social de vida individual e coletiva;

O acesso ao conhecimento científico e tecnológico, tendo por referência os princípios éticos e a democracia. Isso supõe entre outras coisas, superar a cultura da reprovação, da

retenção e da seletividade, centrar a atenção nos níveis de desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, moral, ético, cultural, profissional.

A formação e titulação ofertadas objetivam criar condições para atendimento das especificidades dos diferentes contextos de educação escolar do campo buscando viabilizar as diferentes configurações institucionais que existem e que podem vir a existir. A dispersão espacial das moradias dos alunos e a centralidade das relações com as comunidades de pertencimento geram, por vezes, exigências na organização da escola que estão muito distantes da organização "padrão" que caracteriza as escolas urbanas.

É comum a exigência de um professor multidisciplinar, cuja formação o prepare para desenvolver suas atividades em diferentes espaços observando a diversidade regional do campo na Amazônia Paraense e a realidade educacional dos anos finais do Ensino Fundamental e médio cujo conhecimento lhe permita realizar um trabalho articulado a dimensão multidisciplinar, independente do fato que sua atuação seja ou não concentrado em alguma dessas áreas. Nesse sentido, a formação não se fecha em torno de uma única proposta de atuação docente, uma vez que essa atuação deverá necessariamente se adequar aos contextos de origem dos alunos-professores. Tal orientação é consoante com a análise da Resolução 02/2015 que institui as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Inicial em nível superior dos cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada", quando afirma a necessidade de: Uma revisão profunda de aspectos essenciais da formação de professores, tais como: a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades de atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação e os sistemas de ensino, de modo a assegurar-lhes a indispensável preparação profissional. E ainda: "Quando define as incumbências dos professores, a LDBEN em vigor, não se refere a nenhuma etapa específica da escolaridade básica. Traça um perfil profissional que independe do tipo de docência: multidisciplinar ou especializada, por área de conhecimento ou disciplina, para crianças, jovens e adultos. (...) É importante observar que a lei prevê que as características gerais da formação do professor devem ser adaptadas ou adequadas aos diferentes níveis e modalidades do ensino, assim como a cada faixa etária. É preciso destacar a clareza perseguida pela lei ao constituir a educação básica como referência principal para a formação dos profissionais da educação".

Destaca-se que esta proposta pauta-se na ideia de que todas as ações humanas relacionam-se com um trabalho intelectual: exige do sujeito a atividade do pensar e sentir. Relação Escola/Comunidade: Escola e comunidade são tempos/espços para construção e avaliação de saberes. Neste sentido, busca superar a perspectiva de que a escola é lugar da teoria e a comunidade é lugar da aplicação/transfomação. A escola como mediação para aprender a formular formas de pensar/sentir/agir relacionadas a um determinado modelo dialético (científico-popular). Não para substituir formas anteriores, mas para transformá-las. Uma vez que, compreende-se a necessidade de valorização do saber prévio, sem o qual não existe possibilidade de reconstrução de conhecimentos/saberes/práticas. Desta forma, valemo-nos de Paulo Freire que sinaliza para importância em compreender a educação como processo de conscientização, e em que, aprender só faz sentido quando nos envolvemos no compromisso de transformar a realidade, ou seja, o educador e o educando aprendem e ensinam ao mesmo tempo.

OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, com o ensino de conteúdos do domínio pedagógico e da área em que fez o ingresso por Processo Seletivo no curso: de Ciências da Natureza, de Ciências Sociais e Humanas. Com a finalidade de atuarem no âmbito da educação básica mais especificamente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, e ainda na organização do trabalho pedagógico e como agente de desenvolvimento em escolas do campo, atendendo à diversidade de ações pedagógicas necessárias para concretizar a educação como direito humano e como ferramenta de desenvolvimento social.

Objetivos Específicos

- 1- Oportunizar aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, experiências diversificadas no campo da prática docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, acrescidas de atividades que valorizam a educação do campo;
- 2- Contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a rapidez e qualidade

exigida pela dinâmica social e pela superação da histórica desigualdade de oportunidades de escolarização vivenciadas pelas populações do campo;

3- Habilitar profissionais para a docência na educação Básica, por Áreas do Conhecimento conforme ingresso no curso;

4- Desenvolver estratégias de formação para a docência em uma organização curricular por áreas de conhecimento nas escolas do campo;

5- Construir coletivamente, e com os próprios estudantes, um projeto de formação de educadores que sirva como referência prática para políticas e pedagogias de Educação do Campo.

6- Implementar itinerários formativos e práticas pedagógicas ancoradas nas necessidades e anseios das comunidades do campo;

7- Articular a teoria e a prática no processo de formação em nível do tempo-escola e do tempo comunidade;

8- Estudar, produzir e socializar conhecimentos científicos, didáticos, metodológicos e de organização social e política referentes aos processos educativos que acontecem na escola e na produção dos movimentos sociais do campo, tendo por princípios norteadores a dimensão histórica, técnica, política e cultural do fazer pedagógico;

9- Favorecer aos futuros educadores, o exercício do processo de ação-reflexão-ação na prática docente, fortalecendo a sua formação numa perspectiva prático-reflexiva, através de estágios, monitorias, e outras atividades pedagógicas, onde possam exercitar a prática docente, numa perspectiva de articulação entre teoria e prática;

10- Favorecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão desde o início do curso, através da instrumentalização dos futuros educadores para a investigação e análise crítica do contexto educacional, propondo soluções inovadoras para os problemas verificados na prática educativa, através de projetos pedagógicos de apoio;

11- Estabelecer mecanismos de integração entre os acadêmicos da Licenciatura e Instituições

de Ensino Estadual e Municipal, Sindicatos do Trabalhador Rural, ONGs, Movimentos Sociais e Sistema de Arranjos Produtivos Locais;

12- Criar possibilidades do sujeito da aprendizagem incorporar-se a comunidade, estimular a sua conscientização política e se valorizar como ser humano;

13- Integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e habilidades relativas às atividades técnicas do trabalho e de produção regional;

14- Promover uma melhor articulação entre as etapas curriculares que compõem a matriz curricular do curso de Licenciatura em Matemática e Educação do Campo na perspectiva de uma ação interdisciplinar como superação do conhecimento fragmentado;

15- Conscientizar o futuro professor que o trabalho interdisciplinar produz conhecimento útil, portanto interligando teoria e prática, estabelecendo relação entre o conteúdo do ensino e realidade social escolar.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo deverá oportunizar aos egressos um perfil para a docência na perspectiva interdisciplinar, com uma sólida formação humanística, teórico-prática na área do conhecimento em que fez o ingresso no curso, que podem ser em uma das ênfases a seguir: de Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas, e que lhes possibilitem associar os conteúdos curriculares e os saberes da experiência à necessidade e realidade do campo. Para isso, deverão ser capazes de analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias; bem como, interpretar, em sua prática profissional, a prática educativa a partir dos conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira, regional e local, utilizando, no trabalho docente, formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados, com compreensão das transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias.

Cabe ainda ao egresso a desenvoltura para articular, na atuação docente, os conhecimentos

científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos discentes das unidades educativas, propondo formas de interação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e outras práticas sociais, concebendo-as como espaços educativos. Devendo, ainda, participar da construção coletiva do projeto político - pedagógico dos espaços escolares em que atuar, contribuindo no exercício da gestão democrática da educação.

O profissional formado deverá ser autônomo intelectualmente no exercício de sua atividade, tomando decisões e apresentando soluções alternativas no tratamento das questões educativas, a partir da compreensão do processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal. Desenvolvendo o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional.

A capacidade de implementar formas de gestão democrática na escola, com condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola deverá também compor o perfil profissional do licenciado em Educação do Campo, o qual deverá promover, em sua prática profissional, diálogo sobre valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo do campo, compreendendo a dinâmica social e econômica do campo como parâmetro para uma prática docente contextualizada. Identificando os principais fatores relacionados ao surgimento de doenças, em especial, no homem do campo, orientando os sujeitos alvo da prática profissional.

Somando-se a isso, deverá reconhecer os processos químicos envolvidos na constituição do ambiente e do ser humano, orientando as ações dos sujeitos alvo da prática educativa, identificando os objetos de estudo e os conceitos elementares das ciências exatas a serem trabalhados na prática docente, compreendendo a dinâmica dos seres vivos e seu desenvolvimento no meio ambiente, com vistas ao trabalho docente na área, assim como, compreender os fenômenos físicos envolvidos na constituição do universo e da vida humana, relacionando-os à vida dos sujeitos da aprendizagem escolar. Por fim, deverá compreender o processo de trabalho docente que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal no campo.

COMPETÊNCIAS

4.4 COMPETÊNCIAS

? Atuar com ética e compromisso político e pedagógico no desenvolvimento das atividades acadêmicas, bem como na profissão docente ou na gestão educacional fundamentados pelos conhecimentos e saberes que fortalecem a militância realizadas na universidade e nos movimentos sociais do campo;

? Analisar, descrever e explicar as práticas educativas na escola, à luz de distintas teorias;

? Utilizar, no trabalho docente, formas distintas de acessar e processar conhecimentos, estratégias de ensino e materiais didáticos diversificados; bem como compreender as transformações no mundo atual mediadas por novas tecnologias;

? Articular, na atuação profissional, os conhecimentos científicos com as experiências vivenciadas na prática pedagógica e com a realidade dos alunos;

? Ter autonomia intelectual no exercício de sua atividade, tomando decisões e apresentando soluções alternativas no tratamento das questões educativas;

? Compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal;

? Identificar os principais fatores relacionados ao surgimento de doenças, em especial, no homem do campo, orientando os sujeitos alvo da prática profissional;

? Reconhecer os processos químicos envolvidos na constituição do ambiente e do ser humano, orientando as ações dos sujeitos alvo da prática educativa;

? Identificar os objetos de estudo e os conceitos elementares das ciências exatas a serem trabalhados na prática docente;

? Compreender a dinâmica dos seres vivos e seu desenvolvimento no meio ambiente, com vistas ao trabalho docente na área;

? Compreender os fenômenos físicos envolvidos na constituição do universo e da vida humana, relacionando-os à vida dos sujeitos da aprendizagem escolar;

? Compreender o processo de trabalho docente que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal no campo;

? Compreender a dinâmica da organização dos processos produtivos do campo;

? Utilizar recursos diversificados da língua, adequando-os às necessidades do ambiente; educativo.

? Adquirir fundamentos metodológicos para realizar pesquisas de campo nas escolas das comunidades rurais e demais realidades do campo.

? Analisar as características antropológicas na educação e sociedade do campo, fundamentando uma prática pedagógica contextualizada

ESTRUTURA CURRICULAR

A forma de organização curricular deverá promover atividades e processos que garantam sistematicamente a relação prática-teoria-prática vivenciada no próprio ambiente social e cultural de origem dos estudantes (Conforme proposta do MEC). A organização curricular ocorrerá em regime de alternância entre Tempo/Universidade e Tempo/ Comunidade-Escola do Campo, para permitir o acesso e a permanência nesta Licenciatura dos professores em exercício e não condicionar o ingresso de jovens e adultos na educação superior à alternativa de deixar de viver no campo. (Cf Proposta MEC).

O Tempo/ Comunidade-Escola do Campo será realizado a partir das 8 práticas pedagógicas com uma carga de 480 horas.

A carga horária total será de 3600 horas, assim distribuídas:

a) Núcleo Formador = 810 horas.

Núcleo Formador: O objetivo do núcleo formador é proporcionar ao graduando subsídios para a construção da formação intelectual, visando a reafirmação da identidade cultural, articulando aspectos da docência, memória e práticas educativas na educação do Campo como principais elementos da formação do educador/licenciado.

b) Núcleo Específico = 1605 horas.

Núcleo Específico: Tem como objetivo possibilitar uma sólida formação teórico-prática do graduando em uma das áreas: Ciências Naturais (apostilamento em Química, Física e Biologia). O apostilamento será mantido porque o curso de Licenciatura em Educação do Campo com Ênfase em Ciências Naturais visa formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no campo. Esses egressos atuarão no âmbito da educação básica, mais especificamente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, contemplando as disciplinas de Química, Física e Biologia. Em função disso, dentro do núcleo formador específico são ofertadas 20 disciplinas específicas distribuídas em quatro semestres.

Na ênfase em Ciências Sociais e Humanas (apostilamento em Sociologia e História), em conformidade com o edital do processo seletivo especial de entrada na instituição. O perfil do egresso do educador do campo, compreende uma trajetória interdisciplinar mediada pelas áreas de conhecimento (Ciências da Natureza e Ciências Sociais e Humanas). No curso da LEDOC/Campus Abaetetuba, desde 2016 com a criação da primeira ênfase em Ciências Sociais e Humanas, fomos percebendo o quanto deveríamos garantir institucionalmente o acesso desses futuros profissionais as escolas do campo, com o intuito de exercerem seus conhecimentos e habilidades oriundas de práticas educativas vivenciadas na alternância pedagógica (tempo-escola/tempo-comunidade), metodologia que caracteriza as LEDOCs em suas dinâmicas territoriais e educativas. Neste sentido, acreditamos que tais indivíduos, serão capazes de exercer o ensino aprendizagem de maneira diferenciada. Desta maneira, disciplinas específicas como História e Sociologia no ensino fundamental maior e médio da rede pública estadual e municipal tornar-se-iam o destino principal desses graduados. Por outro lado, já identificamos demandas enormes de vagas nas escolas, que a muito necessitam de professores dessas referidas disciplinas, preconizando e privando o aluno desses conhecimentos. Daí que em concomitante com discussões geradas no interior dos movimentos pro educação do campo, no embate com as políticas públicas de educação no

Estado do Pará, resolvemos instituir o apostilamento como forma de reconhecer um conjunto de disciplinas (Sociologia do Desenvolvimento do Campo, História da Educação do Campo) no núcleo comum (Sociologia Clássica I e II, Ciência Política I e II, Ciências Políticas II, Etnicidades e Saberes Regionais, Antropologia da Educação, Introdução a Antropologia, Oficinas de História I e II, História Oral, Ensino de História Afro Indígena, História, Memória e Patrimônio Cultural, etc), no núcleo específico, que somam habilidades e conhecimentos na formação desses discentes, indo ao encontro das demandas da educação básica, principalmente nas escolas do campo situadas em áreas rurais de nossos municípios ribeirinhos, aonde estão situados nossos egressos. Estes fatores que evidentemente, se fortalecem ao reivindicarmos uma educação de qualidade, motivam o debate em torno da cultura local e do território; do avanço tecnológicos e suas consequências no cotidiano ribeirinho; das mudanças nos regimes alimentares e suas relações com as florestas e rios; na identificação do crescimento populacional e problemas sociais contemporâneos. Estes temas todos contemplados em nossa proposta de apostilamento, equaciona de forma provisória, uma garantia mínima de que nossos egressos, irão ser aceitos em concursos públicos, como educadores do campo em sua área de formação (Ciências Sociais e Humanas) aptos a lecionarem as disciplinas de Sociologia e História. Apostilamento previsto na Resolução 5.066 de 04 de julho de 2018, que aprovou a versão anterior desse PPC.

c.Núcleo Práticas Integradoras = 960 horas. Consistem em atividades de práticas pedagógicas, estágios e trabalho de conclusão de Curso. Núcleo Práticas Integradoras: Tem como objetivo proporcionar ao formando tempos e espaços curriculares diversificados para além do padrão turma/professor/horas-aula semanais, desse modo, constitui-se de oficinas, seminários integrador e interdisciplinar sobre temas educacionais e profissionais, grupos de estudo, pesquisa e trabalho supervisionado, estudos de práticas pedagógicas, pesquisas sócio-antropológicas junto as comunidades do campo, mapeamento de realidades, atividades de iniciação à pesquisa, desenvolvimento de atividades de extensão, entre outros, capazes de promover e, ao mesmo tempo, possibilitar aos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, promovendo o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.

É preocupação de todos que compõem o curso que a formação do futuro licenciado possibilite a integração com a diversidade de situações e oportunidades com as quais o egresso do curso vai se confrontar. Por isso, parte das oficinas e dos seminários integradores

se organizará em torno de temas relativos às políticas da Educação Inclusiva, à Educação do Campo, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação para as Relações Étnico-raciais, à Educação em Direitos Humanos e à Educação Ambiental. Esses temas também deverão compor o conteúdo das disciplinas: Desenvolvimento Sustentável e Contribuição Tecnológica da África na Formação Econômica do Brasil, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, História da Educação do Campo, LIBRAS, Linguagem e Comunicação do Campo, Política e Legislação da Educação do Campo, Psicologia do Ensino e da Aprendizagem, Sociologia do Desenvolvimento do Campo.

d. Atividades Complementares = 225 horas. O objetivo dessa carga horária será oportunizar vivências de 105 (cento e cinco horas) para atividades científicas e culturais. E 120 horas para atividades optativas. A Fadecam tem uma regulamentação específica para atividades complementares.

- Os temas de Direitos humanos, Étnico raciais e ambiental na Estrutura do Curso:

A implementação da Lei nº 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos do Ensino Fundamental e Médio, posteriormente alterada pela Lei nº 11.645/2008 que incluiu a dimensão indígena, são dois marcos legais importantes e que tem incidido em mudanças na política educacional e curricular no Brasil, uma vez que visa a construção de conhecimentos voltados às relações étnico-raciais por intermédio da valorização da história da população negra e indígena em nosso país.

As modificações na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/1996, particularmente no seu Artigo 26, foram objeto de atenção no PPC da LEdoC/Fadecam, incorporando assim as temáticas de Direitos Humanos e Ambiental no percurso formativo dos/as discentes.

Nesse sentido, dentre as inúmeras aprendizagens e conhecimentos necessários, destaca-se a necessidade de formação inicial e continuada do corpo docente para o conteúdo específico socialmente relevante e legalmente exigido, uma vez que a maioria dos/as educadores/as não possuem uma formação específica para inserir tais temáticas e dispositivos da legislação educacional brasileira no processo de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva foram incorporados componentes curriculares obrigatórios e optativos, tanto no tronco comum quanto nas habilitações específicas, que contemplaram demandas da sociedade e exigências legais, entre os quais destacam-se: ? Ensino de História Afro-Brasileira e Indígena; ? Biotecnologia e o Homem: saúde, alimentação e reprodução; ? Direito Agrário; ? História Agrária do Brasil e da Amazônia; ? Sociologia do

Desenvolvimento do Campo; ? Geografia Aplicada à Educação do Campo; ? Química do Solo e da Água

Tais componentes curriculares têm sido abordados nas suas especificidades e especialidades, mas também numa perspectiva integrada e de interseccionalidade de políticas, incluindo questões de gênero, entre outras. A realização do I Circuito Vidas Negras e Direitos Humanos, realizado no período de 19 de novembro, mês da consciência negra, a 10 de dezembro de 2019, data da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciativa de grupos de pesquisa da Fadecam é uma das evidências inequívocas do compromisso da LEdoC com a integração e a interseccionalidade. Convém ressaltar que anualmente o Circuito Vidas Negras e Direitos Humanos foi se ampliando e institucionalizando no Campus de Abaetetuba, razão de em 2023 ser a quinta edição.

Ao se falar de Educação Ambiental no âmbito do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo e suas áreas de habilitação, em primeiro lugar é preciso ter em mente que, no âmbito de sua proposta formativa, não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Nessa perspectiva, as ações de ensino, pesquisa e extensão são vistas como socioambientais, pois se situam no âmbito dessa indissociabilidade, visto que as sociedades se reproduziriam por processos socioecológicos. O uso dos recursos ambientais, portanto, pode ser abordado no curso tendo em vista que diferentes projetos e significações de diferentes sociedades ou setores destas e, vistas por esse ângulo, as questões ambientais são intrinsecamente sociais, embora esse caráter nem sempre seja reconhecido no debate público sobre essas temáticas.

Sendo assim, o público alvo preferencial da Licenciatura em Educação do Campo, as chamadas populações tradicionais (camponeses, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, etc.) estão sob a injunção do fato de que possuem relações profundas com a natureza. Assim sendo, o curso trabalha essa temática de forma transversal às suas diferentes disciplinas e atividades formativas, sendo que o curso aborda essas interações mais diretamente em disciplinas como Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Organização e Gestão da Produção e Sociologia do Desenvolvimento do Campo. Além disso, vários são os momentos, tanto na habilitação em Ciências Naturais (Química, Física e Biologia), quanto na habilitação em Ciências Sociais e Humanas (História e Sociologia), em que fica explícito o caráter interdisciplinar que a temática da educação ambiental pode ser abordada ao longo da formação, e também nas atividades de pesquisa e extensão, como mostram os diferentes grupos de pesquisa de alguns professores do curso, como por exemplo:

- GEBIOS ? Grupo de Estudos Sobre Biodiversidade e Sustentabilidade do Baixo Tocantins

? Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro;

- GEPIATI ? Grupo Estudo e Pesquisa Interdisciplinar sobre Ambiente, Território e Interculturalidade – Prof^a Dra Eliana Rodrigues Teles;

- DRIS ? Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Rural e Inovação Sociotécnica ? Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares.

Assim, as temáticas tratadas nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por estes e outros docentes da FADECAM mostram a concretude que assume a dimensão da educação ambiental no curso.

METODOLOGIA

As atividades curriculares do Núcleo Formador, do Núcleo Específico e do Núcleo Integrador, articuladas através da dinâmica do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade serão ofertadas em 08 (oito) períodos.

O Tempo-Universidade do Curso será constituído de 8 h/a diárias de trabalhos acadêmicos, privilegiando os componentes curriculares de formação teórica, em que serão desenvolvidos conteúdos científico-culturais. Para isso serão utilizadas metodologias diversificadas tais como as preleções, os estudos dirigidos, os seminários, os debates, auto-estudos, entre outros. Todos estes procedimentos podem ser facilitados mediante o uso de recursos didáticos (quadros magnéticos, canetas, jornais, revistas, livros, artigos) e recursos tecnológicos (televisor, aparelho de DVD, microcomputadores, internet, aparelho de data-show) a critério de cada docente, e, previamente, definido em um Plano de Ensino.

O Tempo/ Comunidade será desenvolvido nas comunidades de origem dos discentes e nas escolas do Campo. As escolas do Campo serão lócus privilegiado da formação do educando, por isso serão escolhidas as escolas localizadas nas comunidades de origem desses sujeitos em formação (discentes) envolvidos no projeto de formação. Desse modo, a organização metodológica do curso sustenta-se a partir da proposta da Pedagogia da Alternância e da Alternância Pedagógica, tal metodologia se fundamenta na articulação das disciplinas curriculares como um momento de reflexão e fundamentação teórico-metodológico e conceitual, em que os alunos terão acesso aos conhecimentos socialmente construídos pela

humanidade. Ao mesmo tempo em que esses alunos terão a possibilidade de realizar a síntese teórica-conceitual a partir da reflexão acerca da sua realidade sócio-cultural.

Dentro desta articulação das disciplinas, alunos e professores terão a oportunidade de realizar a vivência pedagógica como um momento de engendramento dos saberes teóricos e dos saberes da experiência dos educandos que deverão fundamentar a formação do licenciado em todo o decorrer do curso. Neste sentido, o Tempo Universidade será momento de formação teórico-metodológico e conceitual com vistas a apropriação de saberes científicos para a intervenção na realidade sócio-cultural das comunidades. Do outro lado, o Tempo-Comunidade será momento de (re)elaboração teórica com objetivo de uma síntese teórico-metodológica que se constrói a partir da intervenção e reflexão a cerca da realidade concreta.

A articulação desses tempos será pautada a partir da realização da pesquisa que será o fio condutor da síntese intelectual proposta. No tempo-Universidade as propostas de pesquisa serão construídas a partir dos eixos teóricos propostos no projeto pedagógico e no tempo-comunidade os alunos terão que realizar pesquisas *in loco* para a produção científica em torno das mesmas. A cada retorno do tempo-comunidade, que será no período intensivo, os alunos terão os Seminários integrados com objetivo de apresentarem publicamente os resultados e discussões sobre as pesquisas realizadas, dentro de uma perspectiva colaborativa de problematização-reflexão e intervenção na realidade local.

Após os Seminários, as produções decorrentes dos mesmos retornarão às comunidades em forma de seminários temáticos que serão realizados pelos educandos e acompanhados pelos professores orientadores do estágio docente.

Ressalta-se que a proposta metodológica de condução do curso basear-se-á em atividades de pesquisas, seminários, estágios e atividades culturais e científicas, tais atividades serão viabilizadas a partir da formação dos formadores, ou seja, os professores envolvidos no projeto deverão compreender e participar ativamente da proposta do curso. Por isso, entre as etapas do tempo-universidade realizaremos as oficinas de preparação de vivência educativa que terá como objetivos:

- 1- Planejamento e organização do fluxo metodológico-curricular da etapa;
- 2- Articulação das propostas que serão realizadas nas disciplinas;

- 3- Definição de atividades colaborativas entre as disciplinas que serão ofertadas nas etapas;
- 4- Definição da realização das atividades do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade;
- 5- Discussões sobre a proposta metodológica do curso;
- 6- Avaliação da condução metodológica das etapas.

Nessas oficinas pedagógicas de formação e planejamento serão realizadas a organização e planejamento das atividades relacionadas a oferta do bloco de atividades curriculares, seguindo a organização do desenho curricular, assim as oficinas antecederão a oferta do bloco e participaram diretamente dessas os professores e coordenadores envolvidos na execução do curso. Nessas oficinas, pedagógicas serão definidos eixos temáticos que serão condutores da proposta metodológica da etapa ofertada.

O Eixo Formativo curricular tem como objetivo agregar multi e interdisciplinarmente os conteúdos curriculares das disciplinas que serão ofertadas, primando por um diálogo colaborativo entre as mesmas para dinamizar o curso e garantir a formação integral do educando.

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática como Componente Curricular é obrigatória desde o início do Curso. Na ênfase das Ciências Naturais totalizará 898 (oitocentos e noventa e oito) horas, sendo 480 (quatrocentos e oitenta) horas de Práticas Pedagógicas de I a VIII e mais 418 (quatrocentos e dezoito) horas constituídas por parte da carga horária de várias atividades curriculares do Núcleo Formador, Núcleo Específico e Núcleo Práticas/Integradoras. Na ênfase das Ciências Sociais e Humanas totalizará 808 (oitocentos e oito) horas, sendo 480 (quatrocentos e oitenta) horas de Práticas Pedagógicas de I a VIII e mais 328 (trezentos e vinte e oito) horas constituídas por parte da carga horária de várias atividades curriculares do Núcleo Formador, Núcleo Específico e Núcleo Práticas/Integradoras

Tendo como objetivo proporcionar ao discente a vivência de situações didáticas que

abordem questões relativas ao compreender/fazer na utilização e aplicação de conhecimento na prática de sala de aula, por meio de ações que vislumbrem a relação teoria-prática. Trata-se de um componente que possibilita ao discente a reflexão sobre a realidade observada, vivenciada, geradora de experiência e problematizações e iniciativas de pesquisa. Nesse sentido, a prática é concebida como fonte de apreensão de conteúdos e saberes teórico-práticos necessários à formação profissional do graduado em Educação do Campo.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Serão realizados nos intervalos entre os períodos letivos de disciplinas curriculares, durante o Tempo-Comunidade, em escolas e comunidades do campo, articulados às atividades de pesquisa e estudo, pesquisa e prática pedagógica. O estágio constitui-se na vivência e exercício profissional da docência, sob supervisão e acompanhamento de professores e articulada ao planejamento das instituições de ensino, campo de estágio.

O estágio docente será realizado em instituições de ensino público: municipais e estaduais, escolas comunitárias e em instituições não formais de ensino localizadas no campo. As supervisões e orientações pedagógicas, incluindo plano de aula, estarão a cargo do Professor-supervisor da Vivência da Prática Educativa nos espaços reservados para a atividade curricular(disciplina).

A avaliação das atividades realizadas no estágio ocorrerá durante o desenvolvimento todo o percurso formativo, tanto por parte da prática pedagógica como por parte da escola-campo, além da auto-avaliação do educando. Ao final do estágio de cada semestre letivo será elaborado um Relatório referente às atividades desenvolvidas em campo, juntamente com o material utilizado na execução.

O estágio obrigatório com 420 (quatrocentos e vinte) horas, ocorrerá a partir do início da segunda metade do curso, sendo o mesmo ofertado do seguinte modo:

a) Estágio Docente I - 60 horas

b) Estágio Docente II - 90 Horas

c) Estágio Docente III - 90 Horas

d) Estágio IV - 90 Horas

e) Estágio V - 90 Horas

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares constituem-se de 225 (duzentos e vinte e cinco) horas, sendo 120 (cento e vinte) horas para as atividades curriculares optativas e 105 (cento e cinco) horas para as demais atividades científicas e culturais. O Conselho da Faculdade de Educação de Desenvolvimento e Educação do Campo aprovou regulamentação específica para as Atividades Complementares que deverão ser cumpridas no decorrer do curso, em horários distintos das atividades acadêmicas regulares. que poderão ser desenvolvidas na dinâmica do Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade, tais atividades de capacitação acadêmica, podem constituir-se a partir de: monitoria do curso específico, participação em projetos de extensão, de pesquisa, atividades profissional vinculada ao curso, participação em palestras, seminários, mesa redonda, congressos, conferência, iniciação científica, trabalhos publicados e outras atividades de cunho acadêmico-científico-culturais que se articulem com a proposta do curso. Ainda, compreendendo a importância da articulação de saberes da experiência e saberes do campo teórico, realizaremos no decorrer das etapas do curso a socialização da produção acadêmica curricular e científica para as comunidades envolvidas no projeto durante o Seminário integrador das licenciaturas em Educação do campo.

TRABALHO DE CURSO (TC)

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é a síntese final da formação oferecida e vivenciada no conjunto dos anos de faculdade. Os estudantes devem produzir uma pesquisa e com ela protagonizar uma experiência acadêmico-científica e profissional, na qual deve relacionar e integrar os conteúdos trabalhados durante a graduação e, com isso, trazer sua

importante contribuição original para a ciência e experimentar a relação ensino, pesquisa e extensão com seu objeto de estudo. O TCC é um processo de pesquisa que articula os conteúdos do curso, as disciplinas e o conhecimento acumulado durante o Tempo Universidades (TU), com relatos da vivência e de experiência, memorial, intervenção, coleta de dados e pesquisas desenvolvidas no Tempo Comunidade (TC) ou em Projetos de pesquisa e extensão durante a integralização curricular de Curso. O objetivo é oportunizar aos discentes uma reflexão maior sobre questões específicas que podem contribuir para aprofundar sua aprendizagem referente aos componentes curriculares, relacionados às práticas pedagógicas, metodologias de ensino, políticas públicas, valorização dos saberes tradicionais, financiamento educacional, etnobiodiversidade, avaliação da aprendizagem, organização e gestão da escola, formas de ensinar e aprender em ambientes não escolares, dentre outras temáticas previstas nas linhas de pesquisa dos docentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

A Instrução Normativa nº 38 de 2022 - Fadecam é o documento oficial que dispõe sobre as orientações e normas para elaboração de TCC do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo - Fadecam. O Colegiado da Fadecam optou por unanimidade em aderir à Instrução Normativa nº 01 de 2023 ? PROEG/UFPA que dispõe, de forma excepcional e temporária, sobre as diretrizes acadêmicas para a normatização e realização das atividades do TCC.

Considerando a referida instrução normativa, ficou decidido, conforme Ata de reunião nº 01 de 2023 ? Fadecam, ocorrida em 07/02/2023, que os TCCs poderiam ser integralizados mediante aprovação do orientador, e que o mesmo decidirá se haverá necessidade de uma banca de avaliação, a partir de apresentação, defesa e comprovações citadas na instrução normativa de um dos itens presentes no Art. 4º da referida Instrução Normativa:

- I. Elaboração de texto científico na forma de resumo expandido, artigo científico, resenha, memorial formativo;
- II. Apresentação e/ou publicação de trabalho em evento técnico-científico, com autoria individual ou coautoria, com certificação;
- III. Publicação ou aceite de publicação de artigo em periódico científico qualificado, adequado;
- IV. Submissão de artigo científico em periódico qualificado em coautoria ou não com um(a) docente da UFPA;
- V. Autoria ou coautoria de capítulo de livro com comitê editorial;
- VI. Relatório de participação em projeto de pesquisa com cumprimento integral do plano de iniciação científica anual concluído (PIBIC e PIVIC) na condição de bolsista ou

voluntário(a), desde que essa atividade não tenha sido utilizada para crédito de outra componente curricular;

VII. Relatório de participação em projeto de extensão com plano de trabalho anual concluído (PIBEX), na condição de bolsista ou voluntário(a), desde que essa atividade não tenha sido utilizada para crédito de outra componente curricular

VIII. Produção Audiovisual;

IX. Relatório de projetos especiais ou de projeto de intervenção.

Após o período excepcional e temporário da Instrução Normativa nº 01/2023 ? PROEG/UFPA, os TCCs seguirão o que estabelece na Instrução Normativa nº 38 de 2022 da Fadecam.

POLÍTICA DE PESQUISA

A FADECAM tem, nos seus cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Tecnologia em Agroecologia, diversos grupos de pesquisa, também atuando diretamente em ações de ensino (como no caso das Práticas Pedagógicas), e também em ações de extensão. Por exemplo, o grupo ELOSS (Educação e Cooperação Sul-Sul), liderado pela professora Jacqueline Freire, tem uma forte articulação com países africanos de língua portuguesa, e já realizou eventos com a presença de pesquisadores de Angola, Cabo Verde, etc., além de permitir a troca de conhecimentos entre os pesquisadores de diferentes países. Por outro lado, os grupos GEPIATI (Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Ambiente, Território e Interculturalidade), em que a professora Eliana Teles é líder, realiza diversas ações de extensão e Práticas Pedagógicas em comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, agricultores de terra firme, etc.), por meio do Laboratório de Cartografia Social do Campus de Abaetetuba. Outros grupos também se destacam no âmbito das ações de pesquisa, ensino e extensão da Faculdade, como o GAPUIAS (Grupo de Pesquisa sobre Imaginário, Arte e Sociedade), liderado pelo professor Jones Gomes, que realiza ações conjuntas com o GEPIATI, o GEHMORGA (Grupo de Estudo em História, Gênero e Movimentos Sociais na Amazônia), cuja líder é a professora Deusa Maria e outras iniciativas importantes, como o Museu do Tocantins, que fica situado no Campus e permite ações de ensino e de extensão com a comunidade de toda a região. Ainda atuam os grupos de pesquisa GEPSEED (Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sociedade, Estado e Educação), liderado pelo professor Afonso Nascimento, GEBIOS (Grupo de Estudos da Biodiversidade e da Sustentabilidade na Amazônia Tocantina), em que o líder é o professor Yvens Cordeiro, e o Grupo DRIS

(Desenvolvimento Rural e Inovação Sociotécnica), em que o professor Francinei Bentes é líder em Abaetetuba, desenvolve várias pesquisas e atividades de extensão, como por exemplo na área de políticas educacionais no campo (o que coaduna com a proposta das Práticas Pedagógicas) e na cidade, além dos estudos sobre Agroecologia e temas ambientais. Por fim, o grupo de pesquisa GEDAF (Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia), em que os professores Ricardo Maia e Roberta Castro são pesquisadores, também desenvolve atividades de pesquisa e de extensão em comunidades de agricultores familiares da região. Isso permite afirmar que os diversos grupos existentes conseguem coadunar suas propostas com ações específicas para o atendimento da sociedade regional em temáticas que lhes são de interesse, e também dialogam com as Práticas Pedagógicas do curso ao fomentar a pesquisa durante os momentos de alternância pedagógica da Educação do Campo.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

As atividades de Extensão deverão se fundamentar na estreita relação com a realidade, o que significa dizer que as problemáticas que serão levantadas devem, necessariamente, estar em consonância com os problemas encontrados na região, sem perder de vistas as questões mais amplas que envolvem o fenômeno educativo.

As ações extensionistas serão elaboradas por docentes, discentes e técnico-administrativos visando à interação entre o conhecimento científico produzido na Universidade e sua interface com a comunidade.

Considerando essas premissas, para incentivar a criação de projetos de extensão envolvendo professores e estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, propõe-se o apoio e assessoria à criação de projetos para concorrerem a bolsas de extensão e à realização de Ciclo de Palestras, Mesa Redonda, Encontro, Simpósio, Jornada, Colóquio, Fórum, Reunião, Seminário, Mostra, Exposição, Feira, Salão, Circuito, Semana, Sarau, Oficina, Minicurso, Workshop, Conferência, Laboratório, Festival, Lançamento, Cultural, Recital e Apresentação Teatral, e outros, as quais sejam previstas ações educacionais e que possam ser realizadas nas próprias comunidades camponesas da região Tocantina-PA. Como as demais atividades, a extensão para ser realizada, deverá ser planejada e aprovada pelo Comitê Pedagógico da licenciatura em educação do campo/Abaetetuba e pelo Conselho da a que da Faculdade que o curso de Licenciatura em Educação do Campo esta vinculada, em forma de

projeto, e registrada no Sistema de Informações de Extensão (SISAE) pelo(s) professor(es) responsável(eis), sob orientação da coordenação das atividades de Extensão.

O relatório final das atividades será encaminhado à direção da Faculdade juntamente com o Diário do Professor. Com isso, destina-se para a extensão, além de outras atividades previstas para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, mais de 10% da carga horária total do curso, equivalendo a a 476 (quatrocentos e setenta e seis) horas, ou seja, passando do mínimo exigido, conforme Regulamento da Graduação (Art. 65, 66, 67, 68). Sendo esse percentual distribuído em atividades curriculares. Serão consideradas atividades de extensão aquelas que privilegiem especialmente a relação das produções intelectuais, com ações e projetos que colaborem para a integração entre a comunidade e a Universidade, fazendo desta primeira, um importante foco do retorno das ações da Universidade enquanto Instituição social para a sociedade. Tais atividades poderão ser desenvolvidas no conjunto das atividades curriculares denominada de disciplinas de ensino ou atividades planejadas, organizadas coordenadas por um docente responsável designado pela faculdade.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Educação Inclusiva se fundamenta na concepção dos direitos humanos, admitindo que igualdade e diferença são valores indissociáveis (MEC/2007). Essa perspectiva humanista apela para o respeito, o acolhimento e a convivência pacífica entre as diferenças, expressa no princípio da igualdade de oportunidade para todos. Ela passou a ser o foco das discussões das políticas educacionais, que percebem a necessidade de criar condições para favorecer a participação das heterogeneidades em seus sistemas de ensino. Política de inclusão social é ampla e está para além do atendimento e acolhimento ao discente, pois requer, durante o curso, o desenvolvimento de atividades que transformem o discente em um agente de inclusão social e um profissional com responsabilidade social. Desde 2011, o Campus com apoio do Núcleo de Inclusão Social da UFPA (NIS) hoje atual CoAcess ? Coordenadoria de Acessibilidade, executa ações visando superar barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e de comunicação ou informação que restrinjam a participação, o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e Superdotação. As ações da CoAcess são amparadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto nº 7.611/2011 e Lei 13.146/2015. Os discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem o grupo com menor

número de ingressantes na UFPA, mas têm atenção especial dada a diversidade de suas especificidades e habilidades diferenciadas na comunicação, interesses e socialização, em conformidade com a Lei Berenice Piana no 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e estabeleceu diretrizes para consecução em todos os níveis de ensino.

O Curso de Educação do Campo com o apoio do CoAcess-UFPA propiciará aos alunos com TEA: atendimento individual para identificação das habilidades e dificuldades acadêmicas do aluno autista; sensibilização e orientação dos docentes, discentes e técnicos quanto às características do Transtorno para eliminar as barreiras atitudinais e combater a discriminação, restrição ou anulação do acesso ao conhecimento; atendimento e orientação aos familiares para fortalecer os vínculos entre família-Instituição-aluno que servirão de base para o desenvolvimento de sua autonomia e sua permanência na vida acadêmica; orientações aos gestores das faculdades, professores, colegas de turma e monitores quanto às estratégias metodológicas e avaliativas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do aluno; produção e divulgação de tecnologias assistivas de acordo com as necessidades formativas e pedagógicas, na área específica do educando; orientação aos docentes para um plano de formação direcionada para a área de interesse do aluno autista, no intuito de valorizar suas habilidades; oferta de cursos e oficinas de incentivo a formação e a capacitação de professores e gestores com conhecimentos especializados sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com transtorno globais do desenvolvimento.

Propiciando apoio psicopedagógico e de monitoria, com estratégias para melhor auxiliar o discente a cumprir com as demandas do desenho curricular do seu curso. E também acompanha continuamente o rendimento acadêmico do aluno para verificar os resultados, avanços e retrocessos nas atividades acadêmicas, a fim de aprimorar estratégias para garantir o sucesso na aprendizagem. O Curso de Educação do Campo, desenvolverá atividades na área educacional como um todo, refletindo o compromisso com a responsabilidade social. Nessa perspectiva, visa à gradativa eliminação das desigualdades sociais dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável voltado para a região amazônica.

A proposta pedagógica do curso de licenciatura Plena em educação do campo já se apresenta com uma política de inclusão ao se colocar no horizonte da qualificação para as populações do campo historicamente excluídas de processos decisórios na sociedade contemporânea. Isso se amplia mais quando propomos que para além da oferta do curso

possam desenvolver junto com o educandos e sociedade civil e movimentos sociais políticas de inclusão:

? Ampliar e fortalecer os canais de participação social, apostando no contínuo esforço dos excluídos para prosseguir na construção de uma sociedade que reconheça seu direito a ter direitos - os direitos humanos em toda sua plenitude - civis, políticos e sociais;

? Investir fortemente na qualificação e emancipação dos movimentos sociais, ONGs e de outros setores da sociedade civil para que desenvolvam ações propositivas e capazes de fazê-los participar eficazmente de negociações e deliberações;

? Inspirar e potencializar ações políticas institucionais em todos os setores da sociedade, para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania;

? Desenvolver estratégias para voltar à formação do licenciado para a reflexão do processo de inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais que moram no campo;

? Proporcionar cursos de Braille, libras e de tecnologias assistivas voltadas para a realidade da população do campo ao longo do período de formação, para docentes e discentes habilitando-os a lidar com possíveis estudantes com necessidades especiais, juntamente com a elaboração de materiais didáticos especializados para essas pessoas.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Serão desenvolvidas reuniões administrativas e acadêmicas ao logo do curso, entretanto, destaca-se que o planejamento é realizado coletivamente no início de cada período letivo, com o objetivo de integrar as ações e o desenvolvimento das atividades, esse processo é coordenado e acompanhado pelo coordenador do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante-NDE, destaca-se que o NDE, terá atuação constante na melhoria do Curso e no atendimento às inovações acadêmicas. Seus encontros ocorrerão no mínimo, no início e no final de cada semestre, sendo analisadas as observações docentes e as técnicas mais atuais de ensino-aprendizagem e sua aplicação no Curso, e servirão de base para as reuniões de planejamento coletivo. Todos os membros são professores ativos, com formação acadêmica e profissional na área do Curso, denotando o compromisso entre a teoria e a prática em todo

o processo de implantação e atualização do Projeto Político-Pedagógico do Curso.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação acadêmica levará em consideração as Normas do Sistema Acadêmico vigente na UFPA, com o envolvimento de professores e alunos. De acordo com as Normas Acadêmicas, o aluno será considerado aprovado se apresentar frequência de 75% nas atividades acadêmicas e desempenho mínimo exigido na legislação em vigor da UFPA. Serão elementos básicos para a avaliação do graduando:

a) A avaliação deve ocorrer de maneira contínua e progressiva, abrangendo todos os momentos do curso;

b) A avaliação deve abranger os múltiplos aspectos de aprendizagem e, indo além da aferição de conhecimento, considerando atitudes, comportamentos, compromisso com o trabalho, entre outros pontos. A sistemática da avaliação seguirá os seguintes passos:

1. A avaliação será diagnóstica, formativa, permanente, contínua e cumulativa, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, obedecendo à ordenação e a seqüência de ensino bem como a orientação do currículo;

2. Como forma de avaliação serão utilizados instrumentos: tais como seminários, pesquisas, produção escrita, provas, experimentos, entre outros que forem elegidos para compor o processo avaliativo, tais instrumentos deverão possibilitar o acompanhamento e avaliação específica das aquisições dos conhecimentos e competências;

3. Caberá ao corpo de professores estabelecerem normas e diretrizes em relação aos instrumentos a serem utilizados no processo de avaliação;

4. Serão considerados itens importantes para a avaliação, o interesse e a participação dos acadêmicos nos trabalhos de campo e práticas de laboratórios;

5. Os resultados das avaliações serão expressos através de conceitos que estão organizados em uma escala de notas de 0 (zero) a 10 (dez) conforme previsto no Regimento Institucional;
6. Para aprovação no curso, o acadêmico deverá participar obrigatoriamente das atividades e cumprir no mínimo, 75% de frequência;
7. Os resultados a cada final de bimestre estarão à disposição dos alunos na Secretaria Acadêmica do Campus.

Compreendendo que avaliação não se constituir em uma via de mão única, mas se configura em um momento de produção do conhecimento, a avaliação docente se faz fundamental para que possamos repensar o processo metodológico do curso assim como os instrumentos de avaliação e acompanhamento do mesmo. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo preocupado em garantir a qualidade acadêmica na docência, na pesquisa e na extensão, em consonância com o Programa de Avaliação e Acompanhamento do Ensino de Graduação, coordenado pela PROEG/UFPA - AVALIA, visa acompanhar e avaliar de forma contínua o Curso no decorrer de seu processo de execução, para isso propõe a criação de um Comitê Pedagógico composto por discentes, Núcleo Docente Estruturante e equipe pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo; representantes de movimentos sociais e sindicais e da Secretaria de Educação e Agricultura de Abaetetuba; dos professores, estudantes das escolas do campo. Por isso ao longo das atividades faremos coletivamente avaliação docente e no final de cada etapa promoveremos um seminário de avaliação envolvendo professores, alunos e a equipe pedagógica entre outros, com a intenção de discutir os caminhos percorridos na etapa, redimensionar a proposta e avaliar os resultados obtidos, somando-se a essa o Sistema de avaliação on line AVALIA, acompanhado pela PROEG.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Núcleo Docente Estruturante-NDE, através da Portaria nº 062 de 23 de agosto de 2016 da Coordenação do Campus Universitário de Abaetetuba, em que seus membros serão responsáveis pelo acompanhamento da avaliação global do curso e se constituirá em uma atividade permanente, contínua, sistemática e dialógica. A avaliação das atividades didático-pedagógicas será realizada ao término de cada período letivo e o respectivo

planejamento a cada início de período letivo, envolvendo principalmente os docentes, discentes e coordenadores envolvidos nas atividades acadêmicas previstas no projeto pedagógico de curso.

No processo de desenvolvimento das atividades curriculares propostas teremos ao fim de cada período letivo um processo de avaliação da condução metodológica do curso. Serão aplicados questionários para os professores e alunos envolvidos nas atividades curriculares de cada período letivo.

Os dados coletados junto a mesmos serão sistematizados para serem apresentados nos seminários integradores em que participaram professores, alunos e os representantes de cada município envolvidos no curso. O objetivo dessa avaliação é identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis que poderá auxiliar na consolidação dos pontos fortes e em soluções que minimizem ou eliminem os pontos fracos em curto, médio e longo prazo.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Afonso Welliton de Souza Nascimento	Doutor	Educação do campo	Dedicação Exclusiva
Deusa Maria de Souza	Doutor	História	Dedicação Exclusiva
Eliana Teles Rodrigues	Doutor	Antropologia	Dedicação Exclusiva
Flavio Vargas Andrade	Doutor	Química	Dedicação Exclusiva
FRANCINEI BENTES TAVARES	Doutor	Ciências Agrárias e Sociologia	Dedicação Exclusiva
Jaqueline Cunha da Serra Freire	Doutor	Educação do Campo	Dedicação Exclusiva
Jones da Silva Gomes	Doutor	Sociologia	Dedicação Exclusiva
Jose Francisco da Silva Costa	Doutor	Física	Dedicação Exclusiva
Joseline Simone Barreto Trindade	Doutor	Antropologia Rural	Dedicação Exclusiva
Lina Gláucia Dantas Elias	Mestre	Pedagogia	Dedicação Exclusiva
Ricardo Eduardo de Freitas Maia	Doutor	Ciências Agrárias/Agroecologia	Dedicação Exclusiva
Roberta Rowsy Amorim de Castro	Mestre	Ciências Agrárias/Agroecologia	Dedicação Exclusiva
Robson André Barata de Medeiros	Doutor	Educação matemática	Dedicação Exclusiva
Ronaldo Lopes de Souza	Doutor	Biologia	Dedicação Exclusiva
Yvens Ely Martins Cordeiro	Doutor	Biologia	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

Antônio Carlos Aracaty

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Consiste em duas salas: uma sala da secretaria e a outra da coordenação do curso e direção da Fadecam.	Secretaria	10	Administrativa	1
Nessa sala funciona o Museu do Baixo Tocantins.	Laboratório	20	Aula	20
Laboatório de cartografia Social	Laboratório	5	Orientação acadêmica	2
Salas climatizadas onde são realizadas as atividades de ensino.	Sala	40	Aula	2
Mini-Auditorio destinado à realização de aulas e pequenos eventos.	Sala	100	Aula	100

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Consiste em duas salas: uma sala da secretaria e a outra da coordenação do curso e direção da Fadecam.	computador	Cedido	1	
	mesa	Cedido	4	
	datashow	Cedido	1	

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL, MEC, Plano Nacional de Educação, Janeiro de 2001.

, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000.

, Secretaria de Educação a Distância, Salto para o futuro, Educação de jovens e adultos, 1999.

DEMO, Pedro. Saber pensar. 2 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

. Educar pela pesquisa. 8 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia ? O Cotidiano do Professor. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Professora sim, Tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Loyola, 1993.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e prática, São Paulo, Cortez, 2001.

GIUBILEI, Sonia. Trabalhando com Adultos, Formando Professores. Tese de Doutorado, Unicamp, 1993.

HADDAD, Sérgio. A Educação de Pessoas Jovens e Adultas e a Nova LDB, in Brzezinski, Iria (org). LDB Interpretada ? Diversos Olhares se cruzam, SP, Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, Revista Brasileira de Educação, n. 2, set-dez, ANPED, 1999.

PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini de. Metodologia de pesquisa: Abordagem teórico - prático. 6ª edição. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000. (Coleção magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PAIVA, Jane et al, Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, Brasília, UNESCO/MEC, 2004.

TORRES, Rosa Maria. Educação para todos: a tarefa por fazer. Trad. Daisy Moraes. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.